

Paralisados

IMPASSE

Em dia de protestos, policiais civis, militares, agentes penais e socioeducativos aprovam paralisação por reajuste salarial. Governo condiciona reposição a aval para ajuste fiscal

Forças de segurança em greve



Manifestantes durante passagem pela Praça Sete: segundo os organizadores, mais de 20 mil pessoas, entre profissionais e familiares, participaram do protesto: adesão às paralisações será definida por cada categoria



Contra a recomendação dos organizadores, alguns policiais compareceram armados às manifestações, o que é proibido por lei



FOTOS: EDISON FERREIRA/EM/DA PRESS



FABRIZIO RODRIGUES/EM/DA PRESS

Caixões simbólicos foram levados às ruas, simbolizando o governador e o secretário-geral do Executivo

GUILHERME PEIXOTO, MATEUS PARRERAS E MATEUS MURATORI

Integrantes das forças de segurança de Minas Gerais fizeram protesto ontem, em Belo Horizonte, para cobrar a reposição salarial das perdas causadas pela inflação. Os agentes aprovaram entrar em greve. A ideia é encerrar a paralisação apenas quando o governador Romeu Zema (Novo) enviar à Assembleia Legislativa o projeto de lei (PL) para viabilizar o reajuste. A tendência é que, ainda nesta semana, policiais civis, militares, agentes penais e trabalhadores socioeducativos façam reuniões individualizadas dentro das categorias, para definir os próximos passos do movimento.

O ato começou na Praça da Estação, no Centro da capital mineira. De lá, os participantes da passeata marcharam rumo à Praça da Assembleia, na Região Centro-Sul; depois, partiram para a Praça Sete. Nas mãos, cartazes cobrindo a recomposição inflacionária e repudiando o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), pacote de ajuste econômico tido no governo como esperança para salvar as finanças, mas visto pelo funcionalismo com receio por possíveis impactos nos vencimentos. Nos colares de alguns, a reportagem do Estado de Minas flagrou armas, embora a Constituição Federal afirme que policiais não podem portar revólveres em manifestações.

Apesar de se programarem para definir, caso a caso, como as forças de segurança vão engrossar a paralisação, há crença em encontro com representantes do Poder Executivo para resolver de pronto o impasse. "A gente espera que, antes que isso (o avanço da paralisação) ocorra, o governo nos receba", disse o subtenente Heder Martins de Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra-MG). Organizadores do protesto de ontem estimaram a presença de mais de 20 mil pessoas nas ruas de Belo Horizonte.

PACTO DE REPOSIÇÃO Em novembro de 2019, representantes das forças de segurança, integrantes do governo estadual e deputados assinaram acordo sobre a recomposição salarial. O pacto previa a reposição das perdas inflacionárias em três parcelas: 13% foram repostos em julho de 2020, em setembro de 2021, seriam acrescidos mais 12%; a última parcela, também de 12%, estava prevista para setembro deste ano. Em que pese a costura, alegando inconstitucionalidade, Zema vetou o segundo e o terceiro reajustes. Apenas a primeira fatia, de 13%, entrou na conta dos agentes. O projeto que tratava do tema foi o mesmo a receber emenda estendendo a reposição salarial a todos os servidores. Quando barrou o aumento geral, o governador também retirou do texto as parcelas prometidas às

policiais para 2021 e 2022.

O político do Novo, aliás, foi o alvo preferido dos agentes. Eles percorreram o Centro de BH sob o som de gritos de ordem como "Se o Zema não pagar, a polícia vai parar". Ele e o secretário-geral de Governo, Mateus Simões, tiveram os rostos retratados em calções simbólicos. As urnas funerárias que a ser chutadas e vilipendiadas pelos mais exaltados.

LEGALIDADE EM QUESTÃO A Constituição Federal impede que policiais militares e componentes das Forças Armadas façam greve. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu o veto aos policiais civis. Em meio às incertezas que rondam a legalidade do movimento em alguns setores da segurança, os agentes buscam em soluções alternativas. Na Polícia Militar, por exemplo, uma das possibilidades é a chamada "operação-padrão". Após o aval à greve, alguns servidores deixaram grupos de

REIVINDICAÇÕES

Confiar o que os policiais querem

Recomposição salarial das perdas inflacionárias com base em acordo de 2019

- Os termos do acordo: 1) 13% em julho de 2020 (pagou) 2) 12% em setembro de 2021 (vetado) 3) 12% em setembro de 2022 (vetado)

- Como o governo espera arcar com o reajuste? 1) Aprovar, na Assembleia, o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal 2) Que os agentes de segurança tenham com o RRF 3) Congelamento salarial e diminuição de investimentos no funcionalismo

WhatsApp ligados ao trabalho — como, por exemplo, os fóruns de conversa com moradores de áreas com patrulha residencial. "Todos os policiais assumem inúmeros riscos que não estão previstos no regulamento. Tudo o que não for obrigatório por lei, o policial militar não precisa se submeter a fazer", explicou o deputado federal Junio Amaral (PSL), presente à manifestação. "O que vai fazer a polícia retomar as suas atividades é o projeto de lei fazendo a recomposição das perdas inflacionárias", garantiu o deputado estadual Sargento Rodrigues (PTB), afirmando que Zema não pode continuar "teimando" a respeito do tema.

putado federal Junio Amaral (PSL), presente à manifestação. "O que vai fazer a polícia retomar as suas atividades é o projeto de lei fazendo a recomposição das perdas inflacionárias", garantiu o deputado estadual Sargento Rodrigues (PTB), afirmando que Zema não pode continuar "teimando" a respeito do tema.

Segundo Heder Martins, os efeitos da paralisação podem ser sentidos em cascata. "Não adianta nada a Polícia Militar prender se a delegacia estiver fechada. Não adianta nada a Polícia Militar fazer condução se a Polícia Civil não estiver funcionando com escrivão e perito. Não adianta ir a um local de homicídio ou acidente se o Instituto Médico-Legal (IML) não estiver funcionando. Ainda que a Polícia Militar não faça literalmente uma greve, vai encontrar dificuldades de fazer sua missão constitucional, porque o resto não funciona", avaliou.

APOIO PARLAMENTAR Quando a manifestação chegou à porta do Palácio da Inconfidência, sede do Parlamento estadual, representantes dos agentes foram recebidos pelo presidente da Assembleia, Agostinho Patruss (PV). Ele recebeu documento com as reivindicações do grupo. O deputado teveu críticas indiretas a Zema e disse enxergar o caso como "contrassenso" à história do esta-

do "Minas, que sempre foi do diálogo, sempre se sentou à mesa e foi exemplo para o Brasil nesses momentos, vive, hoje momento triste, em que não há diálogo". O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a manifestação dos agentes de segurança em Belo Horizonte como "legítima e de direito". Pelas redes sociais, ele cobrou que o governo de Minas Gerais esteja aberto a negociar com os manifestantes. "É dever do governo do estado ouvir-las (as reivindicações) e estar aberto à negociação. Espero que as partes mantenham a ordem, a paz e a civilidade", publicou Pacheco.

Quatro senadores da bancada mineira que saíram em defesa dos agentes de segurança foi Alexandre Silveira (PSD). "É muito grave um governo não cumprir um acordo que foi fruto de diálogo e chegou a ser registrado, divulgado por toda a imprensa. É uma quebra de confiança inaceitável por parte do estado que deveria ser o primeiro a dar o exemplo". Segundo policiais, o descumprimento do acordo entre Zema e a categoria só é debatido em audiências públicas convocadas pela bancada da segurança no Legislativo. "Fora isso, (o governo) nunca recebeu parlamentares federais e estaduais ligados à área da segurança pública e, muito menos, sindicatos e associações", assegurou Heder Martins.

RECUPERAÇÃO FISCAL O governo, por sua vez, se ampara na recuperação fiscal para renegociar dívida de R\$ 140 bilhões com a União. Para aderir ao ajuste fiscal, é preciso obter aval da Assembleia Legislativa, mas as contrapartidas que servidores recebem também causam temores em deputados estaduais, que se preocupam com a possibilidade de redução de investimentos em políticas públicas.

Diante da resistência encontrada em parte dos parlamentares, a base aliada a Zema ainda não conseguiu colocar a proposta em votação. "A renegociação da dívida bilionária com a União, por meio do plano de recuperação fiscal, permitirá uma nova composição dos salários dos profissionais de segurança. Continuamos em busca de outras alternativas para fazer a reposição das perdas inflacionárias", informou o governo mineiro.

Liminares judiciais impedem o pagamento da dívida, mas o governo teme que o Supremo Tribunal Federal (STF) casse as medidas cautelares se Minas Gerais não ingressar no RRF até abril. Se isso ocorrer, o Executivo calcula ter de desembolsar, de imediato, cerca de R\$ 40 bilhões.

O governo quer um cheque em branco. Se aprovar o Regime de Recuperação Fiscal, acabou. Não tem mais nada a fazer. Você não emenda o acordo", pontuou Heder Martins. "O Regime de Recuperação Fiscal é o fim do servidor público. Não só da PM ou da segurança pública", emendou o subtenente.

MEMÓRIA

Morte marcou parada pioneira em 1997

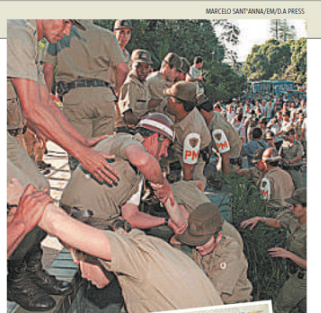
ROGER DIAS

A confirmação do início de greve das forças de segurança de Minas Gerais na tarde de ontem traz à memória outro importante ato do grupo: há quase 25 anos — marcado pela morte de um soldado em serviço. Em junho de 1997, policiais militares de quatro batalhões deram início à primeira greve declarada na categoria em todo o país, na busca pelo reajuste salarial das patentes menores da corporação.

O principal ponto de partida da greve foi uma ação judicial movida pelos delegados de polícia requerendo isonomia salarial com promotores de Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a isonomia em relação aos defensores públicos, que, na prática, determinava o pagamento de 33% de reajuste, em três parcelas, aos delegados. Em contrapartida, os policiais com salários menores não receberiam aumento, o que gerou enorme insatisfação entre eles.

Paralelamente ao conflito, a morte do cabo Glendyson Hércules de Moura Costa, baleado por um criminoso na capital, deu início a uma série de atos organizados por policiais com patentes menores. Os militares queimaram colchões e outros objetos no interior dos Batalhões de Choque e do 22º Batalhão de Polícia Militar. O ato foi minorado pelo comando da corporação. Nos seguintes, os policiais se apresentaram aos quartéis, mas não atacaram nas ocorrências — o movimento foi chamado de "greve branca".

O governador da época, Eduardo Azeredo (PSDB), precisou adiar uma viagem à Europa para cuidar das negociações e pediu à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para dar aumento aos policiais por meio de decreto. Mas os militares não aceitaram a proposta encaixada pelo governo e saíram em passeata às ruas. O ato contou com a presença de 5 mil manifestantes, que passaram por pontos como a Praça Sete e a rodoviária e seguiram até o Palácio da Liberdade. O grupo também tentou invadir o Comando de Polícia Militar (Copom). O ponto mais tenso ocorreu quando o cabo Valério dos Santos Oliveira foi atingido com um tiro na cabeça durante o ato. Foi necessária a intervenção do Exército para acalmar os ânimos — três carros blindados chegaram à capital para reforçar o contingente. Logo, o governo reabriu negociações, com a expectativa de apresentar nova proposta. O policial Wedson Campos Gomes, acusado de atirar em Valério, que estava em greve, foi preso e condenado a oito anos de reclusão.



MARCELO SANT'ANNA/EM/DA PRESS

Depois de negociações, o policiamento começou a voltar ao normal em BH.

O governo anunciou reajuste salarial de 48,2% para soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PM e para detetives da Polícia Civil, encerrando de vez o movimento grevista, que durou, ao todo, 14 dias.

A crise da PM de Minas Gerais se estendeu a outros estados, como Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, Piauí, Amazonas, Paraíba e Santa Catarina, que também viveram conflitos entre a corporação e o estado na busca por melhores salários.



Correria de policiais (no alto) após o tiro que atingiu o cabo Valério Oliveira na greve de 1997. Reportagem do EM mostra que o crise exigiu intervenção do Exército

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 5